



10502150



08129.007022/2019-84



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria-Executiva
Divisão de Licitações

INFORMAÇÃO Nº 16/2019/DILIC/COPLI/CGL/SAA/SE

Processo: **08129.007022/2019-84**

Interessado: **SENAD**

1. Trata-se do Edital de Credenciamento nº 01 para contratação de Leiloeiros Públicos Oficiais para atender às necessidades da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento para realização de leilão de bens móveis e imóveis, não leiloados em caráter cautelar, cujo perdimento tenha sido decretado em favor da União, bem como aqueles bens móveis e imóveis que podem ser indicados pela Justiça para realização de alienação.
2. Tendo em vista a Homologação do Resultado da Habilitação pela Coordenadora Geral de Licitações e Contratos (10470821) daremos prosseguimento ao certame com a convocação dos interessados para a sessão pública de sorteio destinada à elaboração do rol de credenciados, nos termos do Capítulo 7, a ser realizada no dia 18 de dezembro de 2019, às 9h30min, na sala 328 do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública, situado na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Zona Cívica Administrativa de Brasília/DF, CEP: 70064-900.
3. A divulgação da convocação ocorrerá no Diário Oficial da União, no sítio eletrônico do Ministério da Justiça e Segurança Pública bem como por meio de correspondência eletrônica aos leiloeiros habilitados, na data de 13 de dezembro de 2019.
4. São essas as informações a serem prestadas no momento.



Documento assinado eletronicamente por **ALEXANDRA LACERDA FERREIRA RIOS, Presidente da Comissão Especial de Licitação**, em 12/12/2019, às 17:07, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **10502150** e o código CRC **66A53152**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.